

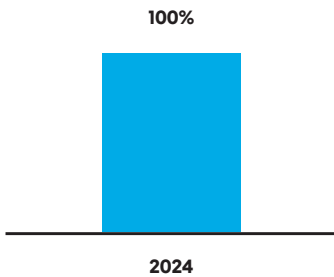


EKTT08 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ nº 28.438.899/0001-48 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3.ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Subestação em operação

Subestações - Características Físicas					
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE 500 kV Estreito – 1º Compensador Sincrono (-300/+300 Mvar)	500kV	1020	27/09/2024		
SE 500 kV Estreito – 2º Compensador Sincrono (-300/+300 Mvar)			11/08/2024	31/03/2052	
SE 500 kV Estreito – 3º Compensador Sincrono (-300/+300 Mvar)			30/06/2024		

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$44.775 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2022.

Subestações - Características Financeiras					
Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE 500 kV Estreito – 1º Compensador Sincrono (-300/+300 Mvar)	100%	44.775	2027	Junho	IPCA
SE 500 kV Estreito – 2º Compensador Sincrono (-300/+300 Mvar)					
SE 500 kV Estreito – 3º Compensador Sincrono (-300/+300 Mvar)					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	49.249	53.187
Ajustado por:		
Amortização	141	5
Tributos sobre o lucro	8.742	11.473
Resultado financeiro, líquido	19.922	544
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(5.368)	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(226.358)	(362.240)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(5.353)	26.317
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	159	(8)
Outros tributos a recuperar e encargos setoriais, líquidos	5.339	15.392
Outros ativos e passivos, líquidos	(8.089)	1.151
Caixa consumido nas operações	(161.616)	(254.179)
Encargos de dívidas pagas	(4.972)	-
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(6.292)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	4.459	2.182
Tributos sobre o lucro pagos	(1.369)	(15)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(169.790)	(252.012)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(480)	(532)
Caixa consumido pelas atividades de investimento	(480)	(532)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	200.000
Aumento de capital	13.000	213.852
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	13.000	413.852
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(157.270)	161.308
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	162.459	1.151
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.189	162.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

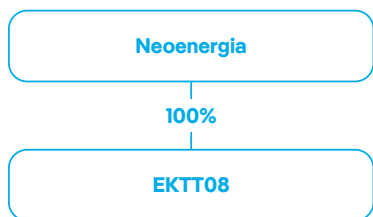
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2024, a EKTT08 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1.A EKTT08 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

A EKTT08 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2021 adquirindo o direito de construir, instalar e manter a seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais, compostas pela SE 500 kV Estreito – 3 Compensadores Sincronos (-300/ +300 Mvar), interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,95% (99,63% em 2023). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	3	234.575	349.018
Custos		(156.165)	(283.609)
Custos de construção	4	(153.955)	(283.530)
Custos de operação	5	(2.210)	(79)
Lucro bruto		78.410	65.409
Perda de crédito esperadas	9	(26)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(471)	(205)
Lucro operacional		77.913	65.204
Resultado financeiro	6	(19.922)	(544)
Receitas financeiras		4.459	2.183
Despesas financeiras		(12.574)	(1.245)
Outros resultados financeiros, líquidos		(11.807)	(1.482)
Lucro antes dos tributos		57.991	64.660
Tributos sobre o lucro	7.1.	(8.742)	(11.473)
Corrente		(2.025)	(723)
Diferido		(6.717)	(10.750)
Lucro líquido do exercício		49.249	53.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	49.249	53.187
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	59	(18)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	59	(18)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(1.727)	1.745
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(1.727)	1.745
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(1.668)	1.727
Resultado abrangente do exercício	47.581	54.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	281.853	1.727	3.455	49.234	16.411	-	352.680
Aumento de capital	13.000	-	-	-	-	-	13.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	49.249	49.249
Outros resultados abrangentes (nota 14.3)	-	(1.668)	-	-	-	-	(1.668)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reserva de lucros (nota 14.4)	-	-	2.462	2.833	43.954	(49.249)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	294.853	59	5.917	52.067	60.365	-	413.261
Saldos em 31 de dezembro de 2022	68.001	-	796	11.538	3.779	-	83.914
Aumento de capital	215.852	-	-	-	-	-	215.852
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.187	53.187
Distribuição de dividendos	-	1.727	-	-	-	-	1.727
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reserva de lucros (nota 14.4)	-	-	2.659	37.896	12.632	(53.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	281.853	1.727	3.455	49.234	16.411	-	352.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a EKTT 08 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia venceu o leilão ANEEL 02/2021 adquirindo o direito de construir, instalar e manter a seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais, compostas pela SE 500 kV Estreito - 3 Compensadores Sincronos (-300/ +300 Mvar), interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Até setembro de 2024 a Companhia estava em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir as obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se inicia quando a Companhia entra em operação comercial. A Companhia apresentou capital circulante negativo no exercício de 2024, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, quando necessário. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$44.775, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2022. A Companhia apresentou fluxo de caixa negativo em 2024 e 2023. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. **1.1. Gestão de risco financeiro e operacional:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o processo geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia. O marco de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxa de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "avançados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas.
Risco de crédito	Recobíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 16.6. (ii) **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e GP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros de dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 16.6. (iii) **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade de, a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não contratação de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13). **(c) Risco de solvência:** O risco de solvência

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação R\$	%
Receita líquida	234.575	349.018	(114.443)	-33%
MARGEM BRUTA	234.575	349.018	(114.443)	-33%
Custos de construção	(153.955)	(283.530)	129.575	-46%
Custos dos serviços	(2.210)	(79)	(2.131)	2697%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(330)	(200)	(130)	65%
= Despesa Operacional	(156.495)	(283.809)	127.314	-45%
PECLD	(26)	-	(26)	0%
EBITDA	78.054	65.209	12.871	20%
Depreciação	(141)	(5)	(136)	2720%
Resultado Financeiro	(19.922)	(544)	(19.378)	3562%
IR/CS	(8.742)	(11.473)	2.731	-24%
LUCRO LÍQUIDO	49.249	53.187	(3.938)	-7%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 234.575 mil, -33% vs. 2023 e -R\$ 156.495 mil, -45% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela evolução e encerramento da obra ao longo de 2024.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 78.054 mil, aumento de 20%, em relação ao ano de 2023.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 19.922 mil em 2024 (+3562% vs. 2023), impactado pelo aumento de encargos financeiros sobre dívida, reflexo da captação que ocorreu ao longo de 2024, anulando os efeitos positivos mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 49.249 mil, uma redução de 7% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 248.928 mil (dívida líquida R\$ 208.332 mil), apresentando um aumento de 23% em relação a dezembro de 2023, quando a dívida bruta foi de R\$ 202.077 mil (dívida líquida R\$ 38.351 mil). Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia EKTT08, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia EKTT08 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia EKTT08.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista à esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia EKTT08 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Seguindo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de deferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/CPC 6 (R2), Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming</i> e/ou semelhantes, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ (CPC 10): Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (<i>ASG</i> ou <i>ESG</i>).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS <i>Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma não se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statement</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	46.568	17.648
Construção de infraestrutura da concessão	194.017	344.592
Receita de operação e manutenção	989	-
Ganho (perda) na RAP	1.258	-
Receta operacional bruta	243.632	362.240
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(9.057)	(13.222)
Receta operacional líquida	234.575	349.018
3.1. Deduções da receita bruta	2024	2023
Tributos		
PIS e COFINS - correntes	(630)	-
PIS e COFINS - diferidos	(8.262)	(13.222)
	(8.892)	(13.222)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(165)	-
	(165)	-
Total	(9.057)	(13.222)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando as melhores estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos de transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja nota 10 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (PCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11% a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(1.454)	(1.149)
Material	(99.440)	(45.642)
Serviços de terceiros	(52.233)	(33.238)
Outros	(803)	(501)
Total	(153.955)	(283.530)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		
Total		
Pessoal e benefícios a empregos	(1.034)	(65)
Serviços de terceiros	(914)	(263)
Amortização	(8)	(141)
Impostos, taxas e contribuições	(254)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas	(254)	(254)
Total	(2.210)	(2.681)
2023		
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas		
Total		
Pessoal e benefícios a empregos	(76)	105
Serviços de terceiros	-	(305)
Amortização	-	(5)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	-
Total	(79)	(205)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Recetas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.459	2.182
Outras receitas financeiras	-	-
4.459	2.183	
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(12.503)	(1.241)
IOF	(21)	(1)
Outras despesas financeiras	(50)	(3)
(12.574)	(1.245)	
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(48.306)	(1.017)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	7.037	2
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(12.193)	(2.815)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	41.719	2.352
Perdas com variações cambiais e monetárias	(64)	(6)
(11.807)	(1.482)	
Resultado financeiro, líquido	(19.922)	(544)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e possui como regime de apuração o lucro presumido, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, sendo calculados com base na alíquota de 34% (IRPJ - 25% e CSLL - 9%) sob o regime de apuração. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	57.991	64.660
Tributos sobre o lucro à alíquotas da legislação - 34%	(19.717)	(21.984)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	17.692	21.261
Outras adições (reversões) permanentes	(6.717)	(10.750)
Tributos sobre o lucro	(8.742)	(11.473)
Alíquota efetiva	15%	18%
Corrente	(2.025)	(723)
Diferido	(6.717)	(10.750)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos: Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue:

	2024	2023
Prejuízo fiscal		
Diferenças temporárias	-	-
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(20.302)	(13.586)
Total diferenças temporárias - passivo	(20.302)	(13.586)
Saldo final do período	(20.302)	(13.586)
Passivo não circulante	20.302	13.586

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(13.585)	(2.835)
Efeitos reconhecidos no resultado	(6.717)	(10.751)
Saldo final do exercício	(20.302)	(13.586)

7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre a circulação de mercadorias - ICMS	-	3.216
Programa de Integração Social - PIS ¹⁰	4.472	2.976
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ¹⁰	20.639	13.734
Imposto Sobre Serviço - ISS	-	999
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	2.842	39
Outros tributos a recolher	27.953	20.964
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	46	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	15	-
Outros	35	-
Encargos Setoriais	100	-
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	28.053	20.964
Passivo circulante	3.035	4.255
Passivo não circulante	25.018	16.709

¹⁰ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1	50
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.014	73.626
Fundo de investimento	1.174	88.783
	5.189	162.459

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	1.174	88.783
	1.174	88.783

- Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A, para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidas	Receivável
Concessionárias	5.394	(26)	5.368	-	-	-
	5.394	(26)	5.368	-	-	-
Circulante	-	-	5.368	-	-	-
O <i>aging</i> do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:						
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Receivável	Perdas de créditos esperadas
A vencer	5.366	(7)	-	-	-	-
Saldos vencidos:						
Entre 1 e 90 dias	13	(3)	-	-	-	-
Entre 91 e 180 dias	15	(6)	-	-	-	-
	5.394	(26)	-	-	-	-

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	-	-
Adições	(26)	-
Saldo final do exercício	(26)	-

9.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Saldo do ativo contratual	684.142	457.784
Circulante	42.519	36.930
Não circulante	641.623	420.854

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	457.784	95.544
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(15.027)	-
Receita de construção	194.817	344.392
Remuneração do ativo contratual	46.568	17.648
Saldo final do exercício	684.142	457.784

10.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações que desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2024	2023
Materiais e serviços	27.499	32.788
Total	27.499	32.788

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS



14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2024	2023
Subsidiárias da Neoenergia		
Ativo		
Contas a receber e outros (a)	870	-
	870	-

Passivo

Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (b)	192	-
	192	-

14.2. Transações com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida (a)	1.899	-
Custo dos serviços (b)	(598)	-
	1.301	-

14.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo	Resultado do exercício
(a) Norte Energia Neoenergia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	507	645
(a) Coelba Neoenergia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	118	394
(a) Pernambuco	TUST	IPCA	25 Anos	2048	69	228
(b) Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(192)	(598)

14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023			
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	4.015	-	1.174	73.676	-	88.783
Contas a receber de clientes e outros	5.394	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	35.407	-	-	2.768	-
	9.409	35.407	1.174	73.676	2.768	88.783
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	27.499	-	-	32.788	-	-
Empréstimos e financiamentos	248.928	-	-	202.077	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.501	-
Outros passivos financeiros	4.598	-	-	1.605	-	-
	281.025	-	-	236.470	1.501	-

CA - Custo amortizado
VJR - Valor justo por meio do resultado

15.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7 - análise de sensibilidade.

15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa
Instrumentos financeiros derivativos

Passivos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de valor justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	248.928	254.847	202.077	204.628

Empréstimos e financiamentos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência			Valor justo		
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023	
Swap EUR\$ pré vs R\$ pós	€ 38.870	€ 37.795		251.328	207.597	
Ativo	R\$ 214.834	R\$ 202.723	2025	(215.964)	(206.312)	
Passivo				35.364	1.285	

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial origina-

EKTT08 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

da por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Desembolso EUR	Valor de referência			Valor justo		
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023	
Ativo	€ 53	€ 58	2024 - 2025	43	(18)	
Exposição líquida				43	(18)	

15.7. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. **- Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. **- Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. **- Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Euro	Euro	Alta do Euro		(248.928)	(254.124)	(38.118)	(76.237)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Euro (€)	Queda do Euro	6,4363	251.328	256.575	38.486	76.972
Passivos financeiros				2.400	2.451	368	735

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro	Alta do Euro		(355)	51	102
NDF	Euro (€)	Queda do Euro	6,4363	355	(51)	(102)
Passivos financeiros				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Prová-vel	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	5.188	582	(87)	(174)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponto Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(215.964)	(33.400)	(5.010)	(10.020)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA		
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor-Presidente		Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade
CONTADORA		
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-nº 115915/O-3		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores EKTT08 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EKTT08 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EKTT08 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	Janete Im Hayashi Contadora CRC n° 1 SP 303811/O-3
--	--

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 18/02/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/02/18/EKTT081580930118022025.pdf>
Hash: 17419016782095e81e064c04dd97c2465649d21f8a